

Direito Eleitoral

Atendimento a candidatos, partidos políticos e demais agentes envolvidos com o processo eleitoral, abrangendo temas como inelegibilidades, condições de elegibilidade, arrecadação e gastos de recursos, abuso do poder econômico, uso da máquina pública em campanhas eleitorais, compra de votos, propaganda eleitoral, prestação de contas, fidelidade partidária, dentre outros.

Legislação eleitoral e partidária

- Planejamento de campanhas, com análise das possibilidades e riscos da divulgação de propagandas, inclusive antecipadas e irregulares;
- Estruturação jurídica para aplicação e movimentação de recursos financeiros em campanhas eleitorais;
- Condições de elegibilidade e inelegibilidade;
- Desincompatibilização;
- Convenção partidária;
- Registro de candidatura;
- Propaganda eleitoral e pesquisas eleitorais;
- Prestação de contas;
- Fundação de partido político, estatuto e filiação partidária;
- Fusões, incorporações e extinções de partidos políticos;
- Fundo partidário;
- Atuação na elaboração de plano de mídia e assessoria para distribuição do horário eleitoral gratuito;
- Fidelidade partidária;
- Elaboração de pareceres.

Contencioso eleitoral

- Ações judiciais visando afastar causas de inelegibilidade;
- Impugnações a registros de candidaturas;
- Investigação judicial eleitoral;
- Prestações de contas;
- Recursos contra expedição de diplomas;
- Ações de impugnações de mandato eletivo;
- Ações de perda de mandato eletivo por fidelidade partidária;
- Representações por doações acima do limite, propaganda eleitoral e pesquisas eleitorais.